

A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS: Uma análise a partir da obra de Zygmunt Baumann¹

Gilmar Antonio Bedin²

Resumo: As transformações das últimas décadas têm produzido um processo de ruptura das principais referências do projeto político da modernidade. Esta ruptura ocorre tanto em relação aos vínculos políticos que fundamentam a idéia de comunidade como também no que se refere ao conjunto de avanços presentes nas principais garantias proporcionadas pelo Estado de Bem-Estar Social. O objetivo do presente texto é refletir sobre estas rupturas e suas conseqüências sociais. A análise é realizada a partir da obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

Palavras-Chave: Estado de bem-estar social, globalização, direitos humanos, democracia, exclusão social.

Abstract: Changes in the course of the last decades have brought forth a rupture of the primary references of the political modernity project. This rupture happens both in regard to the political bounds that found the idea of community as well as regarding the totality of the progress present in the primary warrant granted by the state of social welfare. Present text aims to study these ruptures and their social effects. This analysis is done underlying the work of the polish sociologist Zygmunt Bauman.

Key words: social welfare state, globalization, human rights, democracy, social exclusion.

1. O Projeto Político da Modernidade

A modernidade³, quando analisada do ponto de vista mais especificamente político, tem início com as três grandes revoluções dos séculos XVII (Revolução Inglesa) e XVIII (Revolução Americana e Revolução Francesa) e se caracteriza pela centralização política⁴, pela soberania popular e pela

¹ O presente texto integra o Projeto de Pesquisa *Globalização e interdependência: uma análise das implicações políticas, jurídicas e econômicas da transformação das relações internacionais na atualidade*, vinculado ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ. A elaboração do artigo contou com a colaboração da bolsista de iniciação científica do CNPq Mariana da Silva Lessa, aluna do Curso de Direito da UNIJUÍ.

² Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor de *Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade* no Curso de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ. É autor, entre outras obras, de *Direitos do homem e neoliberalismo* e de *A sociedade internacional e o século XXI*. Em busca de uma Ordem Mundial Justa e Solidária.

³Sobre a modernidade podem ser consultadas as obras *As razões do iluminismo* (Rouanet, 1987), *Crítica da Modernidade* (Touraine, 2007), *Cultura e modernidade* (Ortiz, 1999), *Discurso filosófico da modernidade* (Habermas, 2002), *Mal-estar da modernidade* (Rouanet, 1993), *Modernidade e ambivalência* (Bauman, 1999), *Modernidade e Holocausto* (Bauman, 1998), *Modernidade e identidade* (Giddens, 2002), *O fim da idade moderna* (Guardini, 2000), *O nascimento da modernidade* (Renaut, 2001) e *Perversões da utopia moderna* (Bernard, 2000).

⁴Por isso, é que Max Weber vai denominar o fenômeno estatal como “comunidade humana que, dentro de um determinado território ... reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita.” (1999, p. 525-6).

idéia de cidadania civil (direitos individuais). A convergência destes três fatores deu origem, no final do século XVIII, à primeira grande fase do Estado Constitucional.⁵

No decorrer das primeiras décadas do século XX⁶, o Estado Constitucional incorporou novos pressupostos, em especial os decorrentes das idéias socialistas ou social-democráticas. Esta incorporação transformou o Estado Constitucional em Estado de Bem-Estar Social ou de Estado Providência⁷.

Esta forma de Estado teve grandes avanços no período do segundo pós-guerra⁸. Entre suas principais conquistas podem ser destacadas a ampliação do acesso à educação, a universalização do direito à saúde, a ampliação do acesso a moradias decentes e a luta contra as desigualdades. Estes avanços representaram o deslocamento da concepção de cidadania individual (civil e política), típica do Estado Constitucional Liberal, para uma concepção de cidadania econômica e social, que deu origem às conhecidas políticas de pleno emprego e de renda mínima.

A institucionalização do Estado de Bem-Estar foi fundamental para o surgimento de políticas sociais compensatórias, a para a criação de uma sólida rede de proteção social e para a superação de incertezas sociais. Daí ser possível dizer que este tipo de Estado oferece a todos os cidadãos

uma política de seguro, endossada e financiada coletivamente, contra os danos individuais e de grupos enviáveis numa economia capitalista, e um Estado que avaliava a qualidade da sociedade como um todo pela qualidade de vida de seus cidadãos mais fracos e gravemente feridos (Bauman, 2006, p. 76).

Este quadro de conquistas produziu, por um lado, uma grande legitimidade da estrutura estatal e, por outro, uma acentuada desmercadorização das diversas esferas da sociedade. Com isto, foram criadas as condições necessárias para a construção de um pacto político que permitiu um longo período de crescimento econômico com distribuição de riqueza. Este pacto político foi fundamental, tendo dele participado, consciente ou inconscientemente, as principais lideranças empresariais e sindicais, a maioria dos trabalhadores organizados e os mais influentes líderes políticos da segunda metade do século XX⁹.

Neste contexto, a participação do Estado na gestão econômica tornou-se mais significativa e foi alicerçada nas idéias intervencionistas de John Maynard Keynes¹⁰. As idéias intervencionistas deste autor proporcionaram o desenvolvimento do planejamento estatal e a geração de um longo

⁵ Esta primeira etapa pode ser denominada de Estado Constitucional Liberal.

⁶ Notadamente como consequência da Constituição do México de 1917 e com a Constituição de Weimar de 1919.

⁷ Ou, ainda, Estado Constitucional Social.

⁸ Principalmente nos países da Europa Central.

⁹ Neste sentido, o Estado de Bem-Estar passou a ser visto como uma estrutura política que “estava, por essa razão, genuinamente além da ‘esquerda e da direita’, estágio sem o qual nem capital nem trabalho poderiam manter-se vivos e saudáveis, quanto mais crescer” (Bauman, 2001, p. 162).

¹⁰ Sobre a vida de Keynes e suas idéias, pode ser vista a obra *A história do pensamento econômico* (Heilbroner, 1996).

ciclo de crescimento econômico (Stoffaës, 1991; Nunes, 1991; Hobsbawm, 1995). De fato, Keynes foi o primeiro grande pensador a compreender a importância

do Estado como agente econômico nas sociedades capitalistas do seu tempo, partindo daí para justificar a existência de um setor estatal no seio da economia capitalista e para enquadrar teoricamente e tornar respeitável perante teóricos e os homens de negócios a intervenção do Estado na vida econômica... (Nunes, 1991, p. 13-4).

Além disso, foi John Maynard Keynes um dos primeiros teóricos a defender a introdução da política fiscal como um instrumento “fundamental para controlar as flutuações da economia e para perseguir os objetivos do pleno emprego, da estabilidade dos preços e do equilíbrio da balança de pagamento” (Nunes, 1991:12). Com isto, o Estado passou a desempenhar um papel central na elaboração das políticas públicas e na formulação dos projetos de desenvolvimento. Isto deu origem a fase do capitalismo organizado, que se caracterizou como uma época de ouro de seu desenvolvimento e de grande geração e distribuição de riqueza (1945 a 1970)¹¹.

Isto, no entanto, não é tudo. O Estado se tornou também, na segunda metade do Século XX, um grande e respeitado empresário ou agente econômico (García-Pelayo, 1982), que passou a comandar e gerenciar incontáveis empresas estatais com atuação destacada nos mais diversos e complexos setores da economia capitalista do período. Essas empresas estatais passaram a responder, em seu conjunto, por significativos índices de participação no produto interno bruto de cada país. Em consequência, o Estado se tornou um *megaestado*, um Estado gigante (Drucker, 1996).

Neste sentido, o peso do Estado na economia nos principais países europeu representava, no início do século XIX, medido em termos da parcela dos orçamentos públicos no PIB, por exemplo, “apenas 5 a 10%. Esse peso aumentou apenas ligeiramente até 1914, mas deu um salto no período entre as duas guerras, elevando-se a cerca de 20%. Após 1945, efetua-se um novo salto: o peso dos orçamentos públicos atinge de 25 a 30% de participação no PIB (Stoffaës, 1991, p. 128).

A forte presença do Estado na gestão da economia permitiu a formação e consolidação do Estado de Bem-Estar e o reconhecimento da cidadania econômica e social. Estes avanços produziram uma profunda mudança no funcionamento do sistema capitalista e colocou em evidência a importância do Estado na concretização da justiça social, na socialização da riqueza produzida, na

¹¹Essa é também a opinião de Cristian Stoffaës: “Do final da Segunda Guerra Mundial à crise petrolífera de 1973, a economia mundial conheceu um período de crescimento sem precedentes históricos, quer pela intensidade, quer pela duração. Assim, enquanto a taxa média anual de crescimento econômico, no século XIX, era de apenas de 1,5 a 2% para os países desenvolvidos e, entre as duas guerras, verificou-se uma situação próxima da estagnação, o crescimento foi de 5% ao ano ao longo dos trinta anos do pós-guerra” (Stoffaës, 1991, p. 61).

proteção dos grupos sociais mais vulneráveis e no fomento de práticas inclusivas¹². Este quadro político é designado por Zygmunt Bauman de modernidade sólida (2001).

2. A Passagem da Modernidade Sólida para a Modernidade Líquida¹³

O quadro político acima – Estado de Bem-estar ou modernidade sólida – começou a ser rompido a partir dos primeiros anos da década de setenta do século XX. Esta transformação foi o resultado, entre outros fatores, da profunda estagnação econômica das sociedades capitalistas daquele período, da elevação dos índices de inflação e da primeira grande crise do petróleo. De fato, ao longo dos anos 70, a economia mundial passou da era da expansão

à era da estagflação, isto é, uma situação marcada pela coexistência da inflação e de um marasmo acompanhado de desemprego. O processo foi progressivo e não brutal: contrariamente aos *krachs* e às depressões do século XIX e de antes da guerra, não houve um afundamento brutal. A crise contemporânea é um processo de lenta deterioração, um cancro sutil e não um acesso de febre. Se bem que não se possa encontrar, a título de ilustração, uma data-símbolo análoga à que foi a ‘quinta-feira negra’ de outubro de 1929, o lento progresso da crise pode, apesar de tudo, ser batizado por datas-chaves, que a história certamente fixará, mesmo se aqueles que as viveram não lhes apreenderam de imediato o alcance. Agosto de 1971, com a declaração de inconvertibilidade em ouro do dólar; Outubro de 1973, com o primeiro choque petrolífero; Outubro de 1979, com a aplicação de uma política monetária radical pela Reserva Federal dos Estados Unidos; Fevereiro de 1981, com o anúncio do programa Reagan; Agosto de 1982, com as medidas de emergência tomadas para evitar a bancarrota do México: eis, com um pouco de distanciamento, alguns marcos da crise contemporânea (Stoffaês, 1991, p. 64-5).

Esta crise produziu grandes conseqüências. Entre estas, duas se destacam. A primeira foi a geração de um novo padrão tecnológico - baseada no desenvolvimento da tecno-informática - e um novo modelo de produção: o denominado modelo toyotista¹⁴. A segunda foi a produção de uma notável virada histórica: a crise levou, por um lado, a uma crescente relativização das idéias de cidadania e de inclusão social, a uma forte crítica da participação do Estado na economia e à refutação das principais teses desenvolvidas por John Maynard Keynes e, por outro, à hegemonia do neoliberalismo, à defesa da tese do Estado mínimo e à supremacia das idéias monetaristas¹⁵.

¹² Idéias centrais da modernidade política em sua fase mais avançada.

¹³ A expressão *Modernidade Líquida* é sinônima, para Zygmunt Bauman, a de globalização (1999a).

¹⁴ Sobre esses temas pode ser visto a obra *O futuro do capitalismo* (1997). Este novo modelo substituiu o fordismo, que era “a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase pesada, volumosa, ou imóvel e enraizada, sólida. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre – amarrados pela combinação de fabricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça” (Bauman, 2001, p. 69). Para o modelo toyotista, não há necessidade de haver convergência entre capital, administração e trabalho.

¹⁵ As idéias monetaristas se distinguem das idéias keynesianas pelo fato de que ao contrário dessas “concedem prioridade absoluta ao combate à inflação, privilegiando a estabilidade monetária como objetivo de política econômica, no confronto com o objetivo do pleno emprego (ou da redução do desemprego) [presentes nas idéias

A geração destas duas grandes conseqüências diferencia a crise dos anos 70 do século XX de tanto outros momentos de dificuldades da sociedade capitalista e inauguram, segundo Zygmunt Bauman, uma nova etapa da modernidade¹⁶: a modernidade líquida (Bauman, 2001)¹⁷. Esta nova etapa é designada pelo autor referido também de pós-modernidade, globalização ou de época da economia política da incerteza ou medo¹⁸. Mas, o que distingue esta etapa da modernidade da anterior, denominada de modernidade sólida? Para Zygmunt Bauman (2001) são duas características:

a) o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna na crença de que há um fim no caminho em que andamos, um *telos* alcançável da mudança histórica, um estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados;

b) a crescente privatização das tarefas e dos deveres coletivos da comunidade, impulsionada pelo deslocamento as relações sociais da convivência pública - lugar de constituição dos cidadãos - para a vivência individual - lugar de auto-afirmação do indivíduo - e pela desregulamentação de diversas atividades fundamentais para a constituição das identidades nacionais¹⁹.

Essa nova etapa da modernidade consolidou-se de forma muito rápida. Foi fundamental neste processo o estabelecimento de um sistema de comunicação de alcance planetário, a conformação de fluxos econômicos transnacionais e a crise fiscal do Estado de Bem-Estar²⁰. Tencionada por estes fatores, o Estado de Bem-Estar se tornou uma presa fácil para os representantes das novas forças hegemônicas, tendo sido transformado, em pouco tempo, caricaturalmente, no símbolo do atraso, da lentidão e do desperdício: um elefante velho que se movimenta com dificuldades e que deve dar lugar aos rápidos e espertos tigres do mercado.

keynesianas]; procuram combater a inflação essencialmente com base na redução do crescimento da oferta da moeda; apostam na reanimação da atividade econômica a partir da redução da intervenção estatal, da liberação da economia e da destruição dos monopólios sindicais” (Nunes, 1991, p. 480).

¹⁶É claro que esse nova etapa da modernidade vinha definindo-se há mais tempo, talvez como quer Jean-François Lyotard desde os anos cinqüenta (1986). No entanto, o novo padrão tecnológico que passa a sustentá-la somente adquiriu contornos precisos após os anos setenta. Além disso, é somente nos anos noventa que a humanidade percebeu que estava vivendo em um novo momento.

¹⁷A modernidade que chega ao fim pode ser “chamada também, na falta de nome melhor, de era do *hardware*, ou modernidade pesada – a modernidade obcecada pelo volume, uma modernidade do tipo quanto maior, melhor, tamanho é poder, volume é sucesso. Essa foi a era do *hardware*, a época das máquinas pesadas e cada vez mais desajeitadas, dos muros de fábricas cada vez mais longos guardando fábricas cada vez maiores, das poderosas locomotivas e dos gigantescos transatlânticos ... A modernidade pesada foi a era da conquista territorial” (Bauman, 2001, p. 132). Com o advento do capitalismo de software e da modernidade leve, que privilegia a qualidade e não se preocupa com conquistas territoriais, tudo isto é abandonado (Bauman, 2001).

¹⁸O autor utiliza várias expressões para designar esta nova etapa da modernidade. Estas são apenas algumas delas.

¹⁹ Em conseqüência, é possível percebe a crescente tendência de desintegração da estrutura do Estado e da cidadania moderna.

²⁰ Sobre a crise do Estado de Bem-Estar pode ser consultada a obra de Pierre Rosanvallon (1997).

Neste novo quadro político, o que deve ser priorizado é a competitividade das empresas, a obtenção do lucro em grande escala, a eficiência econômica²¹ e o predomínio absoluto do mercado, não mais o fortalecimento do Estado de Bem-Estar e suas políticas sociais compensatórias, ou o pacto social do Segundo Pós-Guerra. Com isto, as conquistas sociais implantadas na segunda metade do século XX são rapidamente abandonadas e em seu lugar é colocado a mão invisível do mercado, que, teoricamente, tudo controla, racionaliza e distribui de forma justa²².

Esta crença não tem produzido, no entanto, os benefícios que os seus ideólogos espalham pelo mundo a partir dos grandes centros financeiros internacionais: que estamos em um período de grande crescimento econômico e de enorme prosperidade para todos. Ao contrário, é possível observar que há, na atualidade, apesar dos excelentes índices gerais de crescimento da economia, um aumento da miséria, da exclusão social e dos níveis das desigualdades entre pessoas e regiões. Isto gera um quadro de violência e de risco de ruptura dos laços sociais.

A crise dos anos setenta do século passado fez, portanto, os trinta anos gloriosos da reconstrução do

do pós-guerra, do pacto social e do otimismo desenvolvimentista que acompanharam o desmantelamento do sistema colonial e a proliferação de novas nações cair no passado, abrindo as portas para o admirável mundo novo de fronteiras removidas ou vazadas, o dilúvio de informações, a globalização galopante, o festival do consumo no norte abastado e um senso de desespero e exclusão cada vez mais profundo em grande parte do resto do mundo, a partir do espetáculo da riqueza de um lado e da destituição do outro. Podemos vê-la agora, com o benefício do tempo, como um verdadeiro divisor de águas na história moderna. No final daquela década, o ambiente em que homens e mulheres enfrentavam os desafios da vida havia mudado sub-repticiamente, embora de maneira radical, invalidando as sabedorias existenciais usadas até então e demandando uma profunda revisão e reforma das estratégias de vida (Bauman, 2007, p. 56).

As novas estratégias de vida são direcionadas para a vida no presente²³ e para a satisfação das necessidades de consumo imediatas. Este novo foco das estratégias de vida converge para o mesmo resultado: o enfraquecimento dos laços humanos, das comunidades e das parcerias (Bauman, 2001)²⁴. Isto coloca em segundo plano a vida em sociedade e fragiliza uma das

²¹Isto é alcançado através da técnica gerencial equivalente a uma lipoaspiração, que tem como prioridade reduzir o tamanho das empresas, fechando ou vendendo algumas de suas unidades menos rentáveis e dotando-as de uma estrutura mais leve (Bauman, 2001).

²²Neste sentido, imagina-se que cada vez mais os fluxos do mercado é que devem estabelecer os padrões e as regras da convivência humana.

²³De fato, num mundo, como lembra Zygmunt Bauman, “em que o futuro é, na melhor das hipóteses, sombrio e nebuloso, mais provavelmente cheio de riscos e perigos, colocar-se objetivos distantes, abandonar o interesse privado para aumentar o poder do grupo e sacrificar o presente em nome de uma felicidade futura não parecem uma proposição atraente, ou mesmo razoável. Qualquer oportunidade que não for aproveitada aqui e agora é uma oportunidade perdida; não a aproveitar é assim imperdoável e não há desculpa fácil para isto, e nem justificativa” (2001, p 187).

²⁴Este fato dá origem ao que Zygmunt Bauman chama de vida líquida: “vida precária, vivida em condições de incerteza constante” (2007b, p. 8).

características constitutiva da sociedade moderna: a confiança²⁵. Neste sentido, lembra Zygmunt Bauman que a moderna construção da ordem pode ser como um esforço contínuo

de implantar as fundações institucionais da confiança: oferecendo uma estrutura estável para o investimento da confiança e tornando aceitável a crença que os valores presentemente estimados continuariam a ser estimados e desejados, e de que as regras para a busca e obtenção destes valores continuariam a ser observadas, não seriam infringidas e seriam imunes a passagem do tempo (Bauman, 2001, p. 190).

A nova etapa da modernidade – modernidade líquida – não se alicerça no elemento confiança como uma de suas características fundamentais. Ao contrário, se estrutura a partir de *não-santíssima trindade*: incerteza, insegurança e falta de garantias (Bauman, 2001). Este núcleo produz um quadro de ansiedade permanente²⁶ e uma penosa e incessante busca por segurança individual²⁷, que não pode ser saciada, pois não há nenhuma medida coletiva possível de ser adotada, sendo deixada intacta a fonte primária deste quadro: a fluidez dos mercados globais²⁸.

Neste contexto, o que se coloca quotidianamente é a reivindicação por mais controle e repressão do Estado, não por mais políticas sociais e por mais mecanismos de segurança coletiva. Este fato, por sua vez, produz uma mudança substancial na forma de tratamento dos diversos segmentos sociais, em especial daquele grupo de pessoas que podem ser denominadas de excluídas da sociedade. Além disso, sinaliza para a “passagem do modelo de um Estado social, de uma comunidade inclusiva, para um Estado excludente, da justiça criminal, penal ou do controle do crime” (Bauman, 2007a, p.55). Em consequência, é possível perceber que começa a se formar um novo tipo de Estado neste início de século XXI: O Estado de segurança.

3. A Emergência do Estado de Segurança

O surgimento do Estado de Segurança é melhor compreendido a partir da análise do fato de que a dissolução do Estado de Bem-Estar e de suas políticas sociais compensatórias fez ressurgir o

²⁵A confiança é o que constitui a comunidade e o que permite ao cidadão ter as garantias de uma vida segura. Por isso, uma verdadeira comunidade é “tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa destes direitos” (Bauman, 2003, p. 134).

²⁶E de crise de identidade, pois a falta de certeza e segurança impede que sejam fixadas as condições necessárias para a sua consolidação. De fato, “as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando seus próprios recursos e ferramentas” (Bauman, 2005a, p. 35).

²⁷A insegurança efeta, atualmente, todos nós, como lembra Zygmunt Bauman, “imerso que estamos num mundo fluído e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza” (Bauman, 2003, p. 129).

²⁸A forma de retomar o mundo de certeza, segurança e de garantias seria resgatar as soberanias políticas nacionais da época da modernidade sólida, pois tanto quanto estas forem mais frágeis “tanto mais livres serão os fluxos globais de capitais e mercadorias” (Bauman, 1997, p. 264). Isto, contudo, não depende apenas da vontade humana e sua superação parece ser um processo irreversível. Outra possibilidade seria criar de um Estado Global ou uma República Mundial, hipótese muito pouco provável neste momento da história humana.

que foi designado, nos séculos XVIII e XIX, de *classes perigosas*²⁹, isto é, grupos humanos supostamente sem qualquer utilidade e que são excluídos e vistos como socialmente inassimiláveis pela classe dominante. Estes grupos, na atualidade, formam uma ‘subclasse’ (Bauman, 2005a).

A esta subclasse pertencem todos os indivíduos que, segundo Zygmunt Bauman, “tiveram o seu ‘bios’ (ou seja, a vida de um sujeito socialmente reconhecido) reduzido a ‘zoe’ (a vida puramente animal, com todas as ramificações reconhecidamente humanas podadas ou anuladas)” (2005a, p. 46). Esta subclasse forma o que o autor denomina de refugio humano da globalização e deve ser controlado e separado da vida cotidiana pelo aparato repressivo do Estado.

A necessidade de controle nasce da percepção hegemônica de que estes refugos da globalização “não são apenas excessivas, mas *redundantes*” (Bauman, 2006, p. 102). Desta forma, não são pessoas em dificuldades oriundas de um surto momentâneo e remediável de má sorte, a serem resgatadas, em seguida, para uma vida ‘normal’, e sim um grupo de pessoas afastadas, de forma permanente, do convívio social. Por isso, são “rotuladas como supérfluas, inúteis, não empregáveis e destinadas a permanecer economicamente inativas [durante toda a sua existência]” (Bauman, 2006, p. 102).

Este grupo humano constitui, portanto, um conjunto de pessoas que, segundo a visão hegemônica, não

se ajustam a nenhum tipo de divisão social legítima, indivíduos deixados fora das classes e que não exercem nenhuma das funções reconhecidas, aprovadas e úteis que os membros ‘normais’ da sociedade desempenham – pessoas que nada acrescentam à vida da sociedade, exceto aquilo de que ela não precisa para passar muito bem ... (Bauman, 2006, p. 103).

Compreendidos desta forma pelo pensamento hegemônico, a pergunta que pode ser formulada é: O que deve ser feito, segundo o pensamento dominante, com este refugio da humanidade? O que deve ser feito com este verdadeiro lixo humano? Zygmunt Bauman entende que a solução clássica – descarregar em parte distante do globo - já não é mais possível. Isto porque o mundo, na atualidade, está cheio e todas as regiões, mesmo as menos desenvolvidas, produzem seu próprio lixo humano, suas sobras que devem ser descartadas. A nova saída é acondicionar esta população redundante em contêiner, em prisões (Bauman, 2005b).

A implantação desta tecnologia de contenção impulsiona a conformação de um novo tipo de Estado: o Estado de Segurança ou Estado Guarnição³⁰. Este novo tipo de Estado é um Estado mínimo em relação às políticas sociais, mas um Estado máximo na área penal. De fato, o movimento hegemônico, voltado para a construção de novas prisões, para o aumento do número de delitos puníveis com a perda da liberdade, para o estabelecimento de sentença mais duras e mais longas,

²⁹“As classes perigosas originais eram constituídas de excedente populacionais, temporariamente excluído e ainda não reintegrado, a que o progresso econômico em processo de aceleração privava de uma ‘função útil’, enquanto a progressiva pulverização das redes de vínculos os destituía de proteção” (Bauman, 2006, p. 101-2).

³⁰ Estas duas expressões são utilizadas como sinônimas por Zygmunt Bauman (2005b).

faz parte da estratégia de controle deste novo tipo de Estado (Bauman, 2005b). Com isto, há o estabelecimento de um novo conceito de segurança: não mais social, e sim penal.

A viabilização deste novo conceito de segurança ocorre através do confinamento do chamado 'refugio humano' ou 'lixo humano' em contêineres de armazenamento – as prisões atuais – garantidos pelo Estado. Neste sentido, entende Zygmunt Bauman ser correto afirmar que, “no cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, a nação-Estado torna-se um mero serviço de segurança das mega-empresas ...” (1999a, p.74). Esta é a missão do Estado no tempo da globalização.

4. Considerações Finais

As idéias defendidas por Zygmunt Bauman são totalmente corretas? É difícil dizer. A verdade é que não há maiores problemas em verificar que a humanidade vive um momento de ruptura que ajuda a justificar as principais hipóteses do autor, em especial aquelas mais sombrias. É inegável também, contudo, que as transformações dos últimos anos abrem novas possibilidades de realização para a humanidade. Neste sentido, é importante perceber que a história continua em aberto e que aprender a identificar as tendências do presente é uma grande virtude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *Europa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.
- _____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005a.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999b.
- _____. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Tempos líquidos*. São Paulo: Zahar Editor, 2007a.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005b.
- _____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007b.
- BERNARD, Phicippe J. *Perversões da utopia moderna*. Bauru: Edusc, 2000).
- DUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- GARCÍA-PELAYO, Manuel. *Las transformaciones del Estado contemporâneo*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença, 2000.
- _____. *Modernidade e identidade*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.
- GUARDINI, Romano. *O fim da idade moderna*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e contra da globalização*. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MOGGRIDGE, D. E. *As idéias de Keynes*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- NUNES, A. J. Avelãs. *O keynesianismo e a contra-revolução monetarista*. Coimbra: Coimbra, 1991.
- ORTIZ, Renato. *Cultura de modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RENAUT, Alain. *O nascimento da modernidade*. Lisboa: Piaget, 2001.
- ROSANVALLON, Pierre. *A crise do Estado providência*. Brasília: UNB, 1997.
- ROUANET, Paulo Sérgio. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Mal-estar da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STOFFAËS, Christian. *A crise da economia mundial*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: vozes, 1994.
- THURLOW, Lester C. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 2. Brasília: UNB, 1999.